

## O DE VIR-PERIFERIA DO MUNDO: CRISE DO CAPITAL E A CONDIÇÃO PERIFÉRICA

**Thiago Canettieri<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Belo Horizonte, MG, Brasil

Enviado em 10 jul. 2019 | Aceito em 05 abr. 2021

**Resumo:** O presente artigo pretende sugerir uma interpretação para o atual momento da reprodução do capital que parece engendrar uma condição específica, uma espécie de novo tempo do mundo, em que o *front* de defesa para a sobrevivência do capital não se restringe apenas à fábrica, mas, ao contrário, explode e implode, alcançando a totalidade do espaço social inteiro. Este momento gera (i) uma forma específica de produção do espaço marcada pela precariedade; (ii) uma forma de vida cotidiana talhada por uma experiência danificada; e (iii) uma forma de dominação social que alcança toda a esfera da vida. Diante dessas confluências, o artigo sugere a ideia de condição periférica capaz de captar o predicamento deste tempo.

**Palavras-chave:** Crítica da economia política; Produção do espaço; Teoria Crítica; Periferia

### THE BECOMING-PERIPHERY OF THE WORLD: CAPITAL'S CRISIS AND THE PERIPHERAL CONDITION

**Abstract:** The present article intends to suggest an interpretation for the present moment of the reproduction of capital that seems to engender a specific condition, a kind of new time of the world, in which the front of defense for the survival of the capital is not restricted only to the factory but, on the contrary it explodes and implodes, reaching the totality of social space. This moment generates (i) one specific form of space production, marked by precariousness; (ii) a form of daily life carved by a damaged experience; (iii) a form of social domination that reaches the whole sphere of life. In view of these confluences, the article suggests the idea of a peripheral condition capable of capturing the predicate of this time.

**Keywords:** Critique of political economy; Production of Space; Critical Theory; Peripheries

### LE DEVENIR-PERIPHERIE DU MONDE: LA CRISE DU CAPITAL ET LA CONDITION PERIPHERIQUE

**Résumé:** Le présent article entend proposer une interprétation du moment actuel de la reproduction du capital qui semble engendrer une condition spécifique, une sorte de nouveau temps du monde, dans lequel le front de défense pour la survie du capital ne se limite pas seulement à la fabrique mais, au contraire, il explose et implose, atteignant la totalité de l'espace social. Ce moment génère (i) une forme spécifique de production de l'espace, marquée par la précarité ; (ii) une forme de vie quotidienne sculptée par une expérience endommagée ; (iii) une forme de domination sociale qui atteint la sphère entière de la vie. Au vu de ces confluences, l'article suggère l'idée d'une condition périphérique capable de rendre compte du prédicat de ce temps.

**Mots-clés:** Critique de l'économie politique; Production de l'espace; Théorie critique; Périphéries.

---

1. Professor do departamento de urbanismo da UFMG. Doutor em Geografia pela UFMG. E-mail: thiago.canettieri@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3662-6104>

## Introdução

*Quem se cobria de crostas está coberto de feridas,  
O trabalhador braçal se torna mendigo,  
O napolitano, calabrés, o calabrés, africano,  
O analfabeto, um búfalo ou um cão.  
Pier Paolo Pasolini, À bandeira vermelha*

Este artigo é uma tentativa de interpretação para o momento presente. A continuidade e a reprodução do capital hoje estão relacionadas a uma forma historicamente determinada de produção do espaço, da vida cotidiana e de dominação social. Pretendo sugerir, para contribuir para a compreensão deste momento histórico, a ideia de *condição periférica*.

Uso o termo condição periférica para designar um determinado predicamento que se espraia em uma complexa miríade que indica o futuro do capital e que, por consequência, é, ela própria, sua forma mais avançada. O futuro já chegou, mas não está homogeneamente distribuído. E não está nas cidades europeias, no Vale do Silício, nos países nórdicos ou nos Emirados Árabes – está aqui. Está na forma-periferia, na condição periférica.

Esta tese se opõe a uma certa posição, melhor expressa por Braudel (1996 [1979], p.28). Em sua interpretação, “o centro, o coração, reúne tudo o que há de mais avançado e diversificado”, e é a partir desse ponto que se difunde o mais avançado e diversificado até os “anéis seguintes, que só tem uma parte dessas vantagens”. Resta “a imensa periferia, [...], local do arcaísmo, do atraso”. Essa posição, evidentemente, não é exclusiva de Braudel e encontrou respaldo nos esquemas teóricos de vários intelectuais, das mais variadas linhas teóricas: dos economistas desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) aos teóricos da modernização, passando, é claro, por um certo marxismo tradicional.

Ao contrário dessa posição, buscarei argumentar que as transformações recentes no metabolismo social do capital deslocaram seu *impulso civilizatório* de tal maneira que ele trocou seu sinal. Diante da crise estrutural do capital, proveniente de sua contradição interna que revela um limite absoluto (porém infinito), o que parece informar sobre o *horizonte de expectativas* para o futuro próximo não está mais no centro, mas na periferia. Assim, não é mais a periferia do mundo que está *correndo atrás* da História, sempre tentando alcançá-la. Agora são as periferias que primeiro experimentam, efetivam, fazem aparecer os efeitos dos processos sociais, predestinando o futuro do centro. Trata-se, de certa forma, de um rearranjo na ordem do tempo. Se, durante muito tempo, o pensamento liberal (e também parte da esquerda) acreditou que a história e o desenvolvimento *elevavam* as periferias aos patamares do centro, agora estamos diante de uma mudança fundamental, em que a relação “de sempre” entre centro e periferia é colocada em xeque. A inflexão da ordem do tempo revela um movimento de *impulso e difusão*, mas com o sinal trocado: o rumo da formação social do capital, o desdobramento de suas categorias, leva ao *rebaixamento* dos centros até as periferias.

Nas periferias estão expostas com maior evidência as raízes da reprodução do capital – mais do que no próprio centro. Com o desenrolar de suas contradições, o capital – que durante muito tempo aparecia como ondas irradiando dos centros – apresenta hoje uma inflexão de sua

planetarização e a consolidação do mercado mundial, não podendo a imagem do futuro ser outra, exceto a da periferia que aperta o mundo com um cerco cada vez mais avançado.

Há vários diagnósticos elaborados por autores de correntes teóricas diferentes que, parece-me, podem ser interpretados como indicativos para essa tendência de *periferização* do mundo, mesmo que não abordem o problema com essas palavras. Cada um dos autores dos diagnósticos que serão apresentados parece ter percebido, assim como Clov<sup>2</sup>, que *algo segue seu curso*. Mas o que pode ser esse algo? É tentando esmiuçar tal questão que pretendo propor uma interpretação para o momento presente usando a chave conceitual da *condição periférica*. Todos os diagnósticos descritos acima fazem parte de um mesmo processo e, penso, podem ser alinhados ao eixo das transformações recentes do capitalismo – os autores provavelmente não discordam disso. Meu esforço aqui é tentar desenvolver, tendo por base o quadro analítico legado por Karl Marx em sua *Crítica da economia política*, uma explicação que seja coerente com o estado atual de coisas.

Mais do que um esforço teórico, pretendo lançar uma interpretação possível para os inúmeros fatos que se acumulam como ruínas bem à nossa frente, e dos quais nem as mídias globais conseguem desviar: o aumento gritante da pobreza nos Estados Unidos, que resulta na explosão de *homeless*<sup>3</sup>; o retorno imprevisto de cortiços com padrão de habitabilidade da época vitoriana no coração de Londres<sup>4</sup>; o surgimento de acampamentos precários ao longo do rio Sena, em Paris<sup>5</sup>; o número de crianças em situação de pobreza que não para de crescer na Noruega<sup>6</sup>; o fato de que quase a metade dos trabalhadores no Canadá está em trabalhos precarizados (as mulheres em condição de trabalho precário já alcançam 60%)<sup>7</sup>; o aumento do número de despejos na Alemanha, sobretudo em Berlim, por conta da impossibilidade dos inquilinos de pagar os aluguéis<sup>8</sup>.

Na argumentação de Enzensberger (2003 [1997]) sobre *A Europa em ruínas*, o autor apresenta reportagens de jornais que descrevem situações catastróficas: “Reportagens do terceiro mundo, conforme podemos ler todos os dias ao café da manhã.” – escreve – “Só os nomes dos lugares é que são alterados. Na verdade, os cenários onde ocorrem não são Luanda e Colômbia, Monróvia e Sri Lanka, e sim Roma, Frankfurt, Berlim e Atenas.”

A periferia – como forma de vida precarizada e danificada – parece estar em todo o mundo. Se a arquitetura espetacular dos arranha-céus de vidro pasteuriza a paisagem das poucas ilhas de prosperidade numa expressão única e semelhante, a periferia também não fica atrás e se expressa em todo o mundo.

## Capital, trabalho e dominação

Parece-me que é a categoria de capital que fornece o quadro geral necessário para uma crítica do presente. Para tanto, encaminho o argumento, alicerçado na definição construída por Karl Marx (2013 [1867]; 2011 [1858]), de que o capital – entendido como uma *relação social contraditória* – implica uma forma de dominação da mediação social (POSTONE, 2014 [1993]) marcada pelo signo

---

2 Personagem da peça *Fim de Partida*, de Samuel Beckett.

3 Cf. Reportagem do jornal *The Guardian*, do dia 31 de maio de 2017: Human tragedy: homelessness jumps to record-breaking level.

4 Cf. Reportagem do jornal *The Guardian*, do dia 16 de janeiro de 2018: The victorian slums are back.

5 Cf. Reportagem do jornal *Le Monde*, de 19 de outubro de 2017: Ces 570 bidonvilles que la France ne veut pas voir.

6 Cf. Reportagem do jornal *Norway in English*, de 26 de junho de 2017: Child Poverty on the rise in Norway.

7 Cf. Reportagem do jornal *Huffpost*, de 27 de fevereiro de 2019: More than 1 in 4 Canadian professions are in precarious jobs.

8 Cf. Reportagem do jornal *The Local*, de 20 de setembro de 2018: Rising rents and evictions: Germany's housing crisis.

da crise, para, então, demonstrar como o tempo presente obriga a reconfigurar alguns dos arranjos categoriais para compreender a anamorfose do capital hoje.

De pronto já valeira dizer que entendo o conceito de capital com base na leitura de Moishe Postone (2014 [1993]). Para ele, o termo é entendido diferentemente por Marx em relação aos outros economistas clássicos. Afinal, Marx faz uma *crítica* da economia política – trabalhando as categorias da economia, pois são as categorias que *dominam a sociedade* – de maneira diversa à que aparece no pensamento dos economistas clássicos. Com esse esforço, Marx (2011 [1858], p.59) se dedicou a pensar “[...] as formas de ser [*Daseinformen*] e as determinações de existência [*Existenzbestimmungen*] dessa sociedade determinada”. Neste sentido, escreve Postone (2014 [1993], p.33), a formulação de Karl Marx pode oferecer “uma etnografia crítica da sociedade capitalista, elaborada em seu interior”. Ou seja, a teoria de Marx expressa as formas básicas de objetividade e subjetividade social que estruturam a totalidade capitalista e sua sociabilidade historicamente determinada.

Sendo assim, a categoria *capital* não designa apenas uma quantidade acumulada de riqueza na forma de dinheiro para fim de investimentos produtivos, o que significa que não se trata de riqueza material nem da capacidade de produzir riqueza. A definição de capital dada por Marx vai além, designando uma forma específica e historicamente determinada de metabolismo social. O capital não é uma coisa, mas uma relação social de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade. De tal forma, as categorias que Marx extrai dos economistas políticos de seu tempo são metamorfoseadas no movimento dialético em que ele as implica. Nessa metamorfose, as categorias não designam necessariamente o fenômeno econômico<sup>9</sup>, mas um processo de *dominação social que se expressa através das categorias econômicas*.

Marx, com isso, pretende designar uma forma historicamente determinada de relação entre os indivíduos. Depois de toda sorte de despossessão dos meios de reproduzir materialmente a própria vida, a assim chamada acumulação primitiva, os indivíduos tiveram que se sujeitar ao trabalho. Dessa perspectiva, o trabalho seria a nova forma de mediação social instaurada com a modernidade e, por consequência, essa forma de relação seria a condição para ocorrer a acumulação de riqueza material.

Todavia Postone (2014 [1993], p.127), seguindo a leitura de Marx, realiza uma “distinção entre valor e riqueza material”. Existe, então, uma riqueza material que, poder-se-ia afirmar, é a expressão do valor de uso das mercadorias – produzida seja por trabalho humano, seja pelas máquinas. Essa riqueza material, obviamente, também representa uma dimensão de dominação de classe, daqueles que se apropriam dos valores de uso em melhor qualidade e maior quantidade sobre aqueles que têm o acesso restrito a tais valores. Entretanto Marx (2013 [1867]) se preocupa com um fenômeno mais importante – uma riqueza abstrata que se realiza sob a forma de uma dominação social historicamente específica. Para designar esse fato, ele se vale da categoria de *valor* que, cabe dizer, já existia no pensamento dos economistas clássicos. Dessa forma, parece ser necessário entender o valor não apenas em termos físico-materiais, isto é, em termos de estoque de edifícios, materiais, máquinas, dinheiro: o principal aqui é entender o valor como uma forma histórica de relação social. Concordo com a distinção de Postone (2014 [1993]) em relação a essa questão: o autor faz a separação entre valor (como uma relação social) e riqueza material (como valores de uso)<sup>10</sup>. Esse

9 Aqui, em referência à interpretação de Moishe Postone (2014 [1993], p.30): “A teoria de Marx não é considerada apenas uma teoria da produção material e da estrutura de classes, muito menos uma teoria de economia”.

10 Há que se ressaltar que é uma posição contrária à que Hardt e Negri (2018, p.415) advogam, uma vez que, para os autores, hoje ocorreria “a extração de valores dos comuns, do trabalho imaterial, da digitalização, da automação e do capital financeiro”. Acredito que a dupla incorre no erro de confundir a ideia de valor com a de riqueza material, de relação social com o epifenômeno da angariação de dinheiro e, dessa forma, perde de vista o conteúdo de dominação que está em jogo.

*detour* é necessário para fixar o fundamental: logo na primeira seção do primeiro capítulo d’*O capital*, Marx (2013 [1867], p.122) afirma que a *substância* do valor é o *trabalho* (e sua medida, o tempo de trabalho). Mais à frente, ele diz que o capital é *valor em movimento*. Ora, torna-se flagrante que, ao se concordar com Postone (2014 [1993]) sobre a distinção entre riqueza material e riqueza abstrata, com essa última correspondendo a uma forma historicamente determinada de dominação social que tem sua substância do trabalho, chegar-se-á à conclusão central do autor: “o trabalho social não é somente o *objeto* da dominação e exploração, mas é, ele próprio, o terreno da dominação” (POSTONE, 2014 [1993], p.150).

No marxismo, a categoria valor aparece atrelada à quantidade de horas despendidas de força de trabalho, energia vital propriamente humana coagulada nas mercadorias – fato que só foi possível de ser instaurado no capitalismo. Essa é a grande contribuição de Marx (2013 [1867]): ao desenvolver a cisão<sup>11</sup> entre trabalho abstrato e trabalho concreto, nomeando, desse modo, o duplo caráter específico do trabalho na sociedade produtora de mercadoria, ele capta que existe uma dimensão que produz os vários valores de uso de que a sociedade necessita para a sua reprodução por meio da realização do trabalho concreto, mas que o que importa ao capitalismo – como estrutura de dominação – é o trabalho abstrato, que “abstrai” [*abstrahieren*], ou seja, que subtrai [*abziehen*] as propriedades materiais concretas e peculiares de cada uma das atividades específicas da produção dos valores de uso, mas que se resume às horas necessárias para produzir as mercadorias. Trata-se, portanto, de uma forma determinada de mediação social entre os humanos que é constituída por uma determinação reificada e fetichizada que comanda essa própria mediação.

A base dessa leitura foi a descoberta feita por Marx (2011 [1858]) nos *Grundrisse* e a confirmação de que o capital não é uma simples relação de exploração de classe contra classe (como dominação direta) fundada na propriedade privada. Tudo isso é condição necessária do processo, está claro, mas a mediação social ocorre num nível totalmente opaco, o do trabalho abstrato e da forma-valor, o fundamento mais profundo que subjaz a isso tudo, tornando a dominação impessoal, quase-objetiva, em suma, fetichista. A forma-valor tem uma peculiaridade aqui: ela se reproduz de maneira autonomizada e autorreferente. Por isso Marx (2011 [1858], p.1072) afirma: “No conceito de valor é revelado seu segredo [do capital]”.

A dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas (POSTONE, 2014 [1993], p.46)

Trata-se, por conseguinte, de uma forma específica de dominação social que se realiza no próprio terreno da mediação social entre indivíduos, o trabalho. O conteúdo social, sob o jugo do capital, está condicionado à forma-valor [*Wertform*] e só pode se expressar se for por meio desse critério. O “problema” do capitalismo não é apenas o de uma injustiça em torno das formas como se apropria das parcelas da riqueza socialmente produzida. Esse esquema teórico esbarra num moralismo que beira o proprietarismo – o que uma classe produziu deve ser dela<sup>12</sup>. A verdadeira questão que o capitalismo coloca, mascarada pelos hieróglifos modernos da mercadoria, é a dominação social que essa relação social engendra sob o marco do valor.

11 Entretanto valeria notar que essa cisão não se desdobra em categorias empíricas. Trata-se de um conceito que capta um fenômeno que se expressa como totalidade: o trabalho.

12 Essa é a abordagem de um *marxismo tradicional* que esteve às voltas com a elaboração de uma *crítica do ponto de vista do trabalho* e, dessa forma, perdeu de vista elementos fundamentais do que seria a crítica legada por Marx. Sobre isso, conferir os escritos de Postone (2014 [1993]) e Robert Kurz (1993 [1991]; 2014).

Marx (2011 [1858], p.106) releva a estrutura abstrata e autonomizada de dominação que se reproduz no contexto do metabolismo social capitalista. Ele afirma: “Os indivíduos estão subsumidos à produção social que existe fora deles como uma fatalidade”. Isso significa reconhecer que os indivíduos incluídos sob a produção são dominados pela forma-valor que se realiza por intermédio do trabalho abstrato. Sendo assim, a dominação social no capitalismo não é suficientemente entendida apenas como dominação e controle de muitos por uma classe determinada.

Para Marx, ou ao menos como as coisas pareciam para ele, essa forma de dominação social marcada pela forma-valor coincidia inteiramente com o momento de produção de valores de uso, de riqueza material e de angariação de dinheiro. A esfera da produção, que tanto atraía os economistas políticos clássicos, está indissociavelmente relacionada às relações sociais básicas da sociedade: as relações sociais de dominação.

### Contradição em processo: o limite interno, absoluto e infinito do capital

Nos escritos d'*O capital*, Marx assevera que a condição para a acumulação de riqueza acontecer estava colocada na dessemelhança do preço de reprodução da força de trabalho e no tanto de riqueza que ela era capaz de produzir. Marx percebe como o lucro do detentor dos meios de produção vem do fato de que o custo da reprodução daqueles pobres diabos despossuídos dos seus meios de sobrevivência e que, portanto, não têm outra opção senão vender sua força de trabalho dependendo do cérebro, dos nervos e dos músculos, é menor do que o valor que colocam nas mercadorias. Isso significa que nas primeiras horas de um dia de trabalho eles produzem o equivalente para a sua reprodução. Entretanto, por determinações alheias a eles próprios – o contrato e o direito, por exemplo –, seu contrato obriga-os a trabalhar por mais tempo. Esse tempo de trabalho excedente Marx chamou de mais-valor, e dele se deriva o lucro. Marx descobria assim o que os mais bem-intencionados dos economistas liberais nunca puderam ver, ofuscados pela expressão fenomênica mais superficial das trocas.

Mas Marx (2011 [1858]), nos seus rascunhos de nove anos antes de publicar *O capital*, já sabia da tendência “sempre expansível” do capital, tautologia bruta e cega que movimenta esse sujeito automático ao organizar todo o nexos social. Ele percebe, dessa forma, que o movimento do capital é um movimento ensandecido de acumular mais riqueza material em nome de acumular mais e mais. É essa a corrida que está em jogo com a competição entre os capitais individuais que são coagidos pelas leis coercitivas da concorrência a sempre acumular mais.

Ora, como alcançar tal objetivo redundante no mundo concreto? Marx descreve duas formas que possuem consequências diferentes. A primeira se refere ao mais-valor absoluto, que é simplesmente o aumento do tempo excedente do dispêndio de força de trabalho. Nessas condições, o tempo de trabalho necessário não se altera. Todavia Marx (2013 [1867], p.377) já destacava como havia “limites insuperáveis” na exploração do mais-valor absoluto. Em suas palavras: “o limite absoluto da jornada média de trabalho, que é, por natureza, sempre menor do que 24 horas, constitui um limite absoluto de mais valor”. Além disso, sabemos que o ser humano ainda precisa de tempo de descanso e de satisfazer determinadas necessidades fisiológicas – ainda. Para contornar, não sem contradições, tal situação, lançou-se mão de outro estratagema. Marx chamou-o de mais-valia relativa. Isso porque o aumento do mais-valor não vem diretamente do tempo excedente dispendido pelo trabalhador, mas de um aumento de produtividade. O aumento de produtividade faz com que o trabalhador produza mais mercadorias no mesmo tempo, o que reduz a massa de valor mobilizada em cada mercadoria individualmente, mas que, pelo volume da produção, é compensada.

Aí está a forma pela qual acontece a verdadeira universalização do capital. Existiria, portanto, uma tendência interna ao desenvolvimento das forças produtivas, isto é, a progressiva automação do processo de produção. Pressionados pela lei da concorrência entre os capitais individuais que se digladiam pela sobrevivência, o investimento no ganho de produtividade é inevitável. Aqui fica evidente a contradição do movimento do capital. Nas palavras do próprio Marx (2011 [1858], pp.942-943):

O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza.

Essa tendência de automação Marx denominou como o processo secular de aumento da composição orgânica, em que os capitais individuais passam a ter um gasto cada vez menor com o trabalho vivo. Como uma parte cada vez menor do capital é despendida na mobilização de trabalho humano, o capital absorve sempre uma quantidade menor de valor em proporção à sua grandeza, com o desenvolvimento das forças produtivas e a composição orgânica do capital nos termos apresentados, cada vez mais elevados, o que significa uma proporção cada vez maior de meios de produção e, conseqüentemente, menor de trabalho vivo. Marx (2013 [1867], p.455) descreve uma série de exemplos de sua época em que os avanços tecnológicos e o emprego das máquinas permitiam realizar “todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem a ajuda do homem, mas apenas de sua assistência”, tornando-o apenas um apêndice do ser autômato que a força produtiva se tornou, havendo a eliminação de postos de trabalho para dar lugar ao “monstro mecânico” dos grandes sistemas de maquinaria.

Dessa forma, basear a universalização da sociedade capitalista na forma do mais-valor relativo significa o aumento do desemprego. Não por outro motivo, Fredric Jameson (2011) constata que *O capital é*, antes de mais nada, um livro sobre o desemprego.

Essa dinâmica antevista por Marx na segunda metade do século XIX só mostrou sua verdadeira extensão e potencial destrutivo com a Quarta Revolução Industrial, da microeletrônica, da programação e da robótica, nos anos 1970. É nesse período que se passa, segundo Kurz (2018 [1986], p.61), “a observar um ciclo independente de desemprego em massa, que tem crescido de forma quase autônoma em relação aos ciclos conjunturais”. Há algo de verdade na descrição de Marx (2013 [1867], p.504): “O meio de trabalho liquida o trabalhador”. Conforme o *Report of Inspection of Factories*, do dia 31 de outubro de 1851, citado por Marx (2013 [1867], p.504): “O objetivo permanente da maquinaria é diminuir o trabalho manual, substituindo aparelhos humanos por aparelhos de ferro”.

Com isso, à medida que os postos de trabalhos são esfacelados com o desenvolvimento dos meios de produção, os trabalhadores são transformados em “supranumerários” [*Überzähligmachung*] (MARX, 2013 [1867], p.516). Uma população sobrando em relação às demandas da produção, que vai se transformando de uma *população excedente relativa* (MARX, 2013 [1867]) em uma *população excedente absoluta* (BENANAV, 2010).

Neste ponto, já é possível colocar o problema de maneira mais explícita. O movimento contraditório do capital em seu autodesenvolvimento inconsequente, como força autônoma, implica a substituição do trabalho vivo por trabalho morto. Isso causa uma *dissolução do social* (MENEGAT, 2019), a saber, o trabalho, que, além de efetivar o terreno da dominação social de acordo com a análise de Postone (2014 [1993]), funciona como forma de mediação social entre os indivíduos. Logo, à proporção que o trabalho produtivo se torna escasso, coloca-se um novo problema: como se efetiva a dominação social nessas condições?

Com certeza, Marx (2011 [1858], p.696) foi otimista com essa situação, pois via no desenvolvimento das forças produtivas a possibilidade de liberação dos potenciais humanos que não estariam mais sujeitos a determinações da dominação social sob a forma do trabalho.

O trabalho excedente das grandes massas deixa de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não trabalho de alguns poucos deixa de ser a condição do desenvolvimento dos poderes gerais do cérebro humano. Por essa razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica, ocorrendo então o livre desenvolvimento das individualidades. E assim, não mais a redução do tempo de trabalho necessário para produzir trabalho excedente, mas antes a redução geral do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, correspondendo isso a um desenvolvimento artístico, científico, etc. dos indivíduos no tempo finalmente tornado livre, e graças aos meios criados, para todos.

Marx acreditava que a superação dessa forma de relação social viria com o fenecimento da sociabilidade por meio do trabalho, imposta no processo histórico de consolidação do capital. O desenvolvimento das forças produtivas entraria em contradição com as relações sociais e, assim, haveria a oportunidade de uma transformação social profunda que viria exatamente da crise dessa forma de mediação social, com seu anacronismo em relação aos meios de produção.

A essa altura já podemos notar que a esperança de Marx ainda não se realizou. Mesmo depois da Quarta Revolução Industrial, em que haveria potencial para liberar o desenvolvimento humano das tramas do trabalho, o capital continua existindo como forma de determinação de toda a vida. Sua crise, advinda da dissolução dessa forma de sociabilidade, uma vez que haveria se aproximado perigosamente do *limite interno e absoluto* de sua reprodução (KURZ, 2014), é flagrante, muito embora não dê nenhum indicativo de ser debelada.

Como então o capitalismo *sobrevive*? Não se trata mais de uma *vida plena* desse modo de produção. Sua crise o faz se debater contra os limites, como um corpo moribundo que convulsiona. Mas, ainda assim, mesmo que o terreno da produção esteja anêmico de trabalho vivo, as formas de dominação se perpetuam, e, dessa forma, deixam o terreno do campo propriamente econômico – com o qual Marx esteve às voltas em seu tempo – para alcançar a totalidade do espaço.

Henri Lefebvre (2016 [1968], p.47), ao refletir sobre essas transformações que se anunciavam em seu tempo, não deixou de perceber que o modo de produção não havia se enfraquecido, mas passado por uma transformação:

A situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber, a reprodução das relações. Essa reprodução das relações não coincide mais com os meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade, ou seja, através do espaço inteiro.

Se seguirmos a interpretação de Postone (2014 [1993]), que sugere uma leitura da teoria de Marx menos econômica e mais sobre a forma da dominação social; e se considerarmos o que Lefebvre (2016 [1968]) escreve, que o capital deve se defender num front muito mais amplo, chegaremos à conclusão de que a dominação social hoje não se realiza mais no terreno do trabalho, mas se efetiva por toda a vida, através de todo o espaço. Parece que a intuição que Theodor Adorno (1992[1951], p.49) formulou em sua *Minima moralia* está absolutamente correta: “o mecanismo da reprodução da vida e de sua dominação e aniquilação é inteiramente o mesmo”.

## Produção do espaço, vida cotidiana e dominação social na periferia

Para apresentar os desdobramentos possíveis do argumento desenvolvido até aqui, vou me valer de uma abordagem tripartite. Vou escolher abordar o que, a meu ver, configura três elementos centrais para a perpetuação da forma social do capital e para as transformações recentes que ocorreram: i) a produção social do espaço; ii) a vida cotidiana; e iii) a dominação social<sup>13</sup>.

Seria preciso então remeter a uma tradição dos estudos urbanos críticos que se desenvolveu no Brasil. Valendo-se dos escritos de Marx, um grupo de intelectuais, sobretudo sediados em São Paulo, se preocupou em compreender e explicar a forma de expressão que o processo de acumulação engendrava nas cidades<sup>14</sup>. Entre vários intelectuais brasileiros, cito três que são, a meu ver, fundamentais: Francisco de Oliveira (2003 [1972]), Lúcio Kowarick (1980) e Ermínia Maricato (1996). Estes, para lidar com os problemas que os preocupavam, foram obrigados a tratar da produção do espaço, mesmo quando não usavam diretamente Lefebvre como referência. As perguntas que assombravam nossos intelectuais periféricos ao olhar por qualquer janela eram: “como explicar a industrialização dos baixos salários? / Como explicar a expansão da favelização nas cidades?” / “Como explicar a precariedade das moradias?” / “Como explicar o emprego informal e precarizado?”. De uma certa maneira, o ponto de observação periférico deu uma *vantagem epistêmica* para a compreensão do capitalismo<sup>15</sup>.

Esses autores percebem a precariedade da produção do espaço numa situação periférica. Eles compreenderam o *pulo do gato* que pavimentou o calçamento desses países rumo à globalização capitalista: a força de trabalho nos países periféricos estaria sujeita a expedientes de superexploração da força de trabalho. Essa superexploração, por sua vez, implicava estratégias de produção do espaço, tanto do poder do capital quanto dos trabalhadores para a sua sobrevivência, que determinavam as formas que o tecido urbano assumia. Desta maneira, as pistas que seguem e que se desdobram em uma teoria crítica do urbano foram descobertas quando passaram a considerar a cidade e sua produção como parte decisiva da produção e reprodução do capital.

Neste sentido, é importante destacar o que diz Pedro Fiori Arantes (2009, p.104):

Como a reprodução da força de trabalho é um fenômeno que se dá no espaço, sua condição precarizada gerava reciprocamente uma urbanização *sui generis*. As definições de “periferia”, “espoliação urbana” e da “autoconstrução da moradia” foram fundamentais para aclimatar os conceitos da sociologia francesa a essa situação particular.

O processo de urbanização no Brasil acontece pela expansão das periferias. Assim como ocorre a concentração da riqueza em determinadas áreas das cidades, acontece, *pari passu*, o derramamento da pobreza sobre o território circunvizinho, em geral caracterizado pela deterioração social e econômica daqueles que ali vivem.

---

13 A inspiração para essa abordagem tripla vem da forma como leio Lefebvre. Penso que, ao longo de sua obra, Lefebvre abordou esses três elementos. A produção do espaço e a vida cotidiana são mais explícitas, mas também a dominação social foi um tema relevante para a reflexão do autor – como se observa em seus primeiros escritos, voltados para o problema da alienação em Marx. Essa abordagem configura, a meu ver, um nó borromeano que pode ser mobilizado para compreender o desenvolvimento do capital. Entretanto trata-se de assunto para outra oportunidade.

14 Aqui, recorro ao completo estudo de Pedro Fiori Arantes (2009), que busca refletir sobre o pensamento marxista de intelectuais de São Paulo e que permitiu a ele desenvolver uma teoria própria e robusta o suficiente para continuar sendo, ainda hoje, necessária para a compreensão das cidades.

15 Nota-se o que afirma Francisco de Oliveira (2003 [1972], p.116): “O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhes as formas históricas concretas, sobretudo em relação à periferia”

Francisco de Oliveira (2003 [1972], p.32), no seu seminal *Crítica da razão dualista*, desenvolve o argumento de que a industrialização e a entrada brasileira no *mercado mundial* do capital se deram por meio de “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimenta do atrasado”. Assim, não faz sentido, aos olhos atentos de Chico, pensar num processo de modernização que supere o atrasado; tampouco faz parte de seu diagnóstico a interpretação de que o arcaico é a trava do desenvolvimento. Ambos estão conectados nessa dialética da dependência. Portanto, faz parte do desenvolvimento econômico e da integração à globalização do Brasil a manutenção da precariedade. Nesse sentido, Lúcio Kowarick (1980) vê o processo de dilapidação da força de trabalho tanto como causa quanto como efeito do processo de desenvolvimento econômico. Somam-se extorsões que se operam através da inexistência de serviços de consumo coletivo ou da própria precariedade da reprodução da vida e que permitem aumentar a exploração da força de trabalho. Tais são as condições de uma *industrialização dos baixos salários*. A solução *a la periférica*: de forma homóloga, acontece a *urbanização dos baixos salários* (MARICATO, 1996): marcada pela autoconstrução da casa, feita em mutirões fora do período do trabalho e pela ocupação irregular da terra.

Dito isso, seria possível dar sequência ao argumento para pensar que as periferias formam uma rede de mediações, tanto materiais como subjetivas, que sustentam a vida cotidiana dentro das determinações do capital. Talvez a especificidade da periferia produza uma experiência única de despossessão, no sentido mais forte e direto da palavra. Isso porque os indivíduos que residem nas periferias estão sujeitos a toda sorte de extorsão: vivem numa desigual barganha pelo emprego, tendo de se haver com trabalhos informais e precários, entre bicos e virações de todo tipo; a certeza é uma vida assombrada pelo fantasma da falta de emprego (ABILIO, 2018). Já aqueles que estão empregados formalmente, mesmo com baixa remuneração e alta carga de trabalho (ANTUNES, 2018), passam por longos e penosos deslocamentos em virtude da distância de suas moradias em relação aos seus postos de trabalho (LAGO, 2009).

Além disso, é preciso ter em conta outras dimensões da vida cotidiana na periferia que revelam a precariedade constitutiva e necessária da forma de manifestação periférica do capital: a vida dessa população é marcada pela insegurança alimentar (PEREIRA; SANTOS, 2008), pelo aumento do consumo de drogas ilícitas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002), por uma medicalização psicotrópica em excesso (MENDONÇA, 2009), pelo aumento do endividamento dos indivíduos e das famílias<sup>16</sup> (SANTOS, 2014), e ainda pela espiral de violência à que os periféricos estão sujeitos<sup>17</sup> – alvos das guerras entre o tráfico, as milícias e as “forças de segurança” (MENEGAT, 2019), e da gestão punitivo-carcerária (WACQUANT, 2007 [2000]).

Para sobreviver, é necessário lançar mão de várias estratégias<sup>18</sup>: ocupar terrenos para fugir dos aluguéis; selecionar os gastos meticulosamente entre remédio, reparo na habitação ou carne na alimentação; fazer uma verdadeira *via sacra* pelos supermercados para aproveitar diferentes promoções<sup>19</sup>. Todos esses fatos cotidianos que aparecem e reaparecem na produção dos espaços periféricos configuram o terreno da dominação para além da determinação imposta pelo trabalho.

16 Segundo dados da pesquisa Serasa de 2015, quase 50 % das famílias periféricas brasileiras estão endividadas.

17 A separação racial das taxas de homicídio no Brasil é enorme. Os brancos têm morrido menos. Os negros, mais. Entre 2002 e 2012, por exemplo, o número de homicídios de jovens brancos caiu 32,3 %, e o de jovens negros aumentou 32,5 %.

18 Aqui, seria impossível deixar de remeter, sobre esse assunto, ao trabalho de peso organizado por Cabanes, Georges, Rizek e Telles (2011).

19 Todos os exemplos foram retirados da reportagem de Felipe Souza para a BBC Brasil. Cf. Reportagem do jornal BBC Brasil, de 8 de agosto de 2017: “Você compra remédio ou comida: as escolhas das famílias que vivem com um salário mínimo em SP”.

## A condição periférica e o devir-periferia do mundo

Uma vasta bibliografia tem sido produzida na Euro-América que acompanha – surpresa e atentamente – as transformações que têm ocorrido. A mídia, nesses países, já não consegue desviar das notícias que indicam o que até o final do último século seria praticamente impensado: a forma-periferia os alcançou. O argumento de Stephan Lessenich (2016), em *Ao lado de nós, o dilúvio*, que desenvolve sua teorização sobre o capitalismo como uma sociedade de externalização [*Externalisierungsgesellschaft*], parece estar ultrapassado. É verdade que a maior parte do desenvolvimento capitalista só se sustentou por intermédio de um processo de deslocalização e de externalização das consequências sociais e ecológicas para as periferias. O Ocidente só conseguiu alcançar seu patamar de desenvolvimento porque os impactos sociais, ecológicos, financeiros foram sistematicamente terceirizados para as periferias do mundo.

Entretanto, por um outro caminho, a tese que começo a aventar neste momento é que, junto com o capital, também a capacidade de externalização desses centros entra em crise. De tal maneira, não seria equivocado alegar um anacronismo no diagnóstico de Lessenich (2016). Ele considera a externalização exclusivamente como um processo que vai dos centros capitalistas em direção às periferias. Evidentemente, não se trata de uma afirmação falsa – não restam dúvidas sobre como o capitalismo, para se desenvolver, se assenta substancialmente na externalização nos termos descritos pelo autor. O que fica negligenciado, no entanto, é que o desenvolvimento da contradição do valor emperra a externalização. Assim como, com a valorização do valor, a Quarta Revolução Tecnológica encontra barreiras internas e externas cada vez mais explícitas (KURZ, 2014), a capacidade de terceirizar os impactos e efeitos destrutivos do moderno sistema produtor de mercadoria também enfrenta seus próprios limites. Todas as sequelas e cicatrizes historicamente deslocalizadas repercutem nas periferias em direção aos centros, que sentem essa pressão. No interior do que se chama de centro, as manifestações de crise saltam à vista e se assemelham, mais do que o esperado, aos cenários que se esperam das periferias. O momento presente revela como os processos de barbarização e destruição que ocorrem historicamente nas chamadas periferias também passam a ocorrer dentro dos centros – e já não podem mais ser externalizados.

Vivemos hoje uma inflexão do momento de planetarização do capital. O mercado mundial que Marx observava como tendência finalmente se desdobrou de tal forma que começa a encarar seus próprios monstros: seu limite interno, colocando em xeque sua capacidade de externalização. Essa inflexão, portanto, não significa outra coisa senão uma mudança na chave do impulso planetário do capitalismo: durante muito tempo, esse impulso seguiu sua efetivação partindo do centro, organizando uma homogeneização de todo o mundo; agora é a condição periférica que evidencia a exposição patente dos *apartheids* que suturam uma sociabilidade em plena dissolução.

A atual fase do capitalismo não é uma onda que se propaga do centro para a periferia, mas um cerco, iniciando nas periferias, que aperta, a ponto de estrangulamento, os centros e separa “os de dentro e os de fora”.

Os intelectuais dos mais variados matizes já não deixam de notar a periferização do centro que está em curso. O economista Guy Standing (2013), ao analisar a situação do mercado de trabalho, sugere que a categoria de proletariado não funciona mais, e propõe a utilização do termo precariado para designar as várias precariedades a que as populações europeias estão sujeitas<sup>20</sup> – o autor

---

20 “Pelo menos um quarto da população adulta [europeia] faz parte do precariado. Não se trata apenas de ter insegurança de vínculo empregatício, de ocupar empregos de duração limitada e com um mínimo de proteção trabalhista, apesar de tudo isso ser comum. Trata-se de estar numa posição que não oferece nenhum senso de carreira, nenhum senso de identidade profissional segura” (STANDING, 2013, p.47)

apressa-se em ressaltar que essa é, de certa forma, uma novidade para esses países, já que sua população tinha acesso aos benefícios do Estado e da empresa que várias gerações dos que se viam como pertencentes ao proletariado industrial ou aos assalariados passaram a esperar como algo que lhes era devido e que, por conta do movimento contraditório do capital, lhes é retirado. O texto do filósofo Zygmunt Bauman em parceria com Carlo Bordoni apresenta uma semelhante avaliação desse fenômeno:

As garantias sociais que até poucas décadas atrás eram o sustentáculo da existência individual foram descontinuadas, rebaixadas e esvaziadas de sentido. A certeza de emprego foi questionada por contratos rescindíveis, acirrando o fenômeno da insegurança do emprego temporário. Cortes nos gastos públicos limitam os serviços essenciais, desde o direito à educação até o atendimento de saúde, cuja insuficiência afeta a qualidade, a rapidez, a adequação da assistência aos doentes crônicos, aos debilitados e aos menos capazes (BAUMAN; BORDONI, 2016 [2014], p.72)

Não por outro motivo, Franco Berardi (2019 [2009]) enxerga que a precariedade se torna a forma geral da relação social e produz, como resultado, um sentimento generalizado de humilhação. Roswhita Scholz (2008) também, ao olhar para a situação da Alemanha no final da primeira década do século XXI, ressalta as várias tendências de precarização, das relações de emprego, da vida cotidiana, do provimento habitacional, que atingem boa parte da população.

Slavoj Žižek (2012 [2010]) alerta para a produção, nas cidades europeias, do que denominou de novas formas de *apartheid* que a sociedade do capital estaria engendrando. Da mesma forma, Böttcher (2018) escreve sobre a necessidade de enquadrar teoricamente um *framework* analítico amplo, tanto da crise migratória como das tendências de precarização e empobrecimento das populações europeias e norte-americanas, que já começam a se misturar entre si e a se distanciar, cada vez mais, da *superclasse dos super-ricos*.

Esse processo tem relação com o movimento ensandecido do capital. Sua contradição interna em busca de produtividade ao custo da forma historicamente constituída de mediação social que explora a força de trabalho leva a esse beco sem saída.

Marx (2013 [1867], p.832) assevera que “a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação.” Ele via a possibilidade de revolução exatamente como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, que criariam um anacronismo em relação às relações sociais e poderiam ser reinventadas. Entretanto, ao mesmo tempo em que esta forma social, o trabalho, permanece como mediação social básica, como formação de identidade e possibilidade de reconhecimento intersubjetivo, a sociedade está às voltas com a barbárie colocada como resultado imediato da “missão civilizatória do capital” (MARX, 2011 [1858]). O trabalho – tal qual personificado em Rodrigo Diaz, El Cid, que mesmo morto foi amarrado sobre seu cavalo com a espada presa à mão para liderar seu exército – continua como critério de sociabilidade, mesmo que essa sociabilidade seja cada vez mais decadente e longe da aura de otimismo que significou a sociedade do trabalho da primeira metade do século XX. Como lembra Botelho (2016, p.18), valendo-se de estatísticas oficiais da Organização Internacional do Trabalho: “65 % da força de trabalho global atual está em situação de desemprego, desencorajada (desistiu de procurar emprego) ou se trata de empregados vulneráveis”.

O desenvolvimento “normal” da sociedade está agora “progredindo rumo à escravidão e ao precariado” (ZIZEK, 2019, p.47). Se as cidades são produtos sociais, elas também não podem se situar fora desse percurso. O arquiteto estrela Rem Koolhaas (2001, p.653)<sup>21</sup> lembra que “Lagos é um

21 Tradução minha do original: “Lagos is a paradigm for the future of all cities”

paradigma para o futuro de todas as cidades”. Vale lembrar: Lagos é uma das cidades mais favelizadas do mundo. Pelos motivos errados, Rem Koolhaas está certo. É nesse sentido que Comaroff e Comaroff (2012, p.121-122)<sup>22</sup> sugerem que a Euro-América se desenvolve tomando a África como modelo. Segundo os autores:

[...] contratos de trabalho e empregos são precarizados, à medida que a manufatura se afasta sem aviso prévio, à medida que as grandes empresas procuram coagir os Estados a desmanchar leis ecológicas, a baixar salários mínimos, a subsidiar sua infra-estrutura com fundos públicos e a protegê-la de perdas, responsabilidades e impostos, à medida que os governos de centro-direita cortam gastos públicos, instituições públicas e empregos do setor público à medida que os serviços estatais são privatizados; [...] o aumento do desemprego e dos sem-teto, à medida que novas formas de capital vorazes deslocam populações cada vez maiores para o limbo dos campos de trânsito [...]; isto, muitas vezes, por causa de protestos ineficazes da sociedade civil.

A condição de superfluidade, que foi durante as eras do nascimento do capitalismo uma condição exclusiva do negro, hoje, escreve Mbembe (2019 [2013], p.22),

[...] deixa de remeter unicamente para a condição atribuída aos genes de origem africana durante o primeiro capitalismo (predações de toda a espécie, desapossamento da autodeterminação e, sobretudo das duas matrizes do possível, que são o futuro e o tempo). A esse novo caráter descartável e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o devir-negro do mundo.

O fenômeno é este, sintetizado nas palavras de Paulo Arantes (2019, s.p.)<sup>23</sup>: “[...] o centro orgânico do sistema começa a se perifernizar com a implosão contínua da sociedade do trabalho [...]” Aumento do desemprego e da população sem teto, serviços públicos privatizados, uma reprodução da vida cotidiana precarizada com salários deprimidos (quando há) e outras estratégias de sobrevivência, além da violência sempre presente – essas condições de vida estiveram sempre presentes na vida periférica. Fica cada vez mais flagrante que “tal estado de urgência se estende da periferia em direção ao centro” (ARANTES, 2019, s.p.)<sup>24</sup>.

Oliveira (2003 [1972], p.43) já havia destacado: “o capitalismo cresce por elaboração de periferias”. É preciso ressaltar o pioneirismo no mérito de Oliveira já ter notado esse movimento de desenvolvimento do capitalismo por meio da elaboração de periferias. Entretanto, provavelmente, Chico de Oliveira, nesse momento, não imaginava que, cinquenta anos mais tarde, sua formulação fosse tão literal.

A condição periférica, assim, é, simultaneamente, a característica que designa uma forma social que sempre esteve presente – em virtude das peculiaridades de sua formação social – e uma tendência que se coloca para todo o mundo. Nesse sentido, poder-se-ia falar em um *devir-periferia do mundo*.

---

22 Tradução minha do original: “[...] labor markets contract and employment is casualized, as manufacture moves away without warning, as big business seeks to coerce states to unmake eco-laws, to drop minimum wages, to subsidize its infrastructure from public funds, and to protect it from loss, liability, and taxation, as center-right governments cut public spending, public institutions, and public sector jobs as state services are privatized; [...] rising unemployment and homelessness as rapacious new forms of capital displace ever larger populations to the limbo of transit camps [...]; this, often, over unavailing protests from civil society.”

23 Tradução minha do original: “[...] le centre organique du système, qui a également commencé à se périphériser avec l'implosion continue de la société de travail [...]”

24 Tradução minha do original: “cet état d'urgence s'étendait de la périphérie vers le centre”.

## Autopsia de um colapso

A expressão que melhor traduz o fenômeno descrito é a de Robert Kurz (1993 [1991]). Esse cenário não é outra coisa senão um *Colapso da modernização*. Esta, como um processo de realização da modernidade e seus ideais, entrou em debacle junto com a crise e a dissolução das formas sociais. O interessante a se notar é que este colapso, o da modernidade, já estava inscrito na vida periférica desde sempre. Na verdade, a interdição na modernidade na periferia foi condição para o desenvolvimento das formas sociais do capital. Mas em sua baila contraditória, esse modo de vida já colapsado da periferia não é mais sua exclusividade. Agora se estende também sobre o centro. Essa *condição periférica que se alastra* é, então, resultado do desdobramento das contradições do capital.

No momento em que essa nova forma se desenvolve, a forma-periférica, que nasce e progride da dissolução das formas-anteriores, obriga a um rearranjo do capital e de suas formas de dominação. Como visto anteriormente, se o trabalho foi durante muito tempo o terreno em que se efetivava a dominação social do capital através do tempo, conforme argumenta Postone, à medida que esse princípio social sai de cena por conta dos rearranjos técnicos na esfera da produção, outra forma de dominação é colocada como princípio de mediação social: uma dominação pela precariedade da vida na forma-periferia.

A forma-valor, como visto, determina diretamente uma fração cada vez menor do corpo social, uma vez que o emprego se torna escasso. Entretanto continua determinando de maneira indireta uma série de “violências extraeconômicas” que atuam como formas de dominação dessas populações periféricas. A expressão “violências extraeconômicas” vem de Marx (2013 [1867]), ao tratar, no famoso capítulo XXIV, *A assim chamada acumulação primitiva* para designar o nascedouro do mundo do trabalho através dos expedientes violentos que levou os indivíduos a “se submeterem por meio de leis grotescas e terroristas, e por força do açoite, ferro em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado” (MARX, 2013 [1867], p.808). Agora, o ressurgimento desses expedientes está sendo empregado para controlar as comportas do aterro sanitário social de um mundo em que o trabalho se torna diminuto e não há outra forma de mediação que não seja a violência.

Os indivíduos são tornados supérfluos para a dinâmica da produção, que se automatiza cada vez mais. A acumulação, sob a forma mais fetichista e exteriorizada, o capital fictício, continua de maneira espetacular e fantasmagórica. Mas tal superfluidade dos indivíduos para a produção automática e a acumulação espetacular não abolem o exercício do poder soberano do capital. Cria-se uma forma de submissão ilimitada às formas fetichistas desta sociedade que, paradoxalmente, se realiza no momento em que essas formas estão em crise. Disso resulta a explosão de um sem-número de diferentes formas de dominação violenta e direta dos indivíduos, o que não configura mero acidente deplorável, mas uma necessidade estrutural do capitalismo atual. Afinal, no mundo das mercadorias, se as relações entre as pessoas assumem a aparência de relação entre coisas, é porque as próprias pessoas foram reificadas diante das abstrações reais do capital. Há então um descolamento entre a esfera da dominação social e da acumulação. Na medida em que a acumulação acontece por outras vias que se tornam independentes e autônomas em relação ao trabalho, espetaculares e fictícias, a dominação social se realiza pela *condição periférica*. Ou seja, a condição periférica corresponde também – em adição a características anteriores – a uma forma de subterfúgio para a sobrevivência do capital.

Esse desdobramento advém da Quarta Revolução Industrial, que agudiza um cenário de elevação da composição orgânica e um aumento do desemprego já intuídos por Marx. O resultado

disso é que a reprodução das relações sociais é dificultada, nos países de centro, é claro, pois foi lá que se desenvolveu o apogeu da sociedade do trabalho. Portanto, naturalmente, o momento em que essa dissolução ocorre resta mais evidente onde essas formas estavam mais desenvolvidas. Por outro lado, na periferia, essa *dissolução é experimentada como um eterno retorno*. Na vida social da periferia, essas formas sociais nunca foram aderentes o suficiente, sempre foram danificadas e descompassadas.

Isso significa, por conseguinte, que a periferia se torna um prisma capaz de refletir o mundo, “[...] étant souvent un symptôme privilégié, si nous pouvons parler ainsi, de la crise aiguë que traverse le système capitaliste dans toutes ses dimensions” (ARANTES, 2019, s.p.). Cada vez mais esses *sintomas* aparecem de maneira generalizada por todo o corpo social, porque há um *devir-periferia do mundo*.

É preciso expor o estado paradoxal para tentar apreender a realidade. As categorias *centro-periferia* são categorias relacionais, mas aqui, ao falar de um *devir-periferia do mundo*, quero levar a sério e até as últimas consequências o caráter paradoxal da periferização. É exatamente este tornar tudo periferia, pelo menos virtualmente, que revela um momento de verdade das formas sociais do capital, algo que estava inscrito em seu núcleo e que somente agora se tornou explícito. Em outras palavras: a *condição periférica* seria, portanto, o *núcleo* do capital. A implicação dessa linha de raciocínio é uma dialética centro-periferia revisitada. A periferia se metamorfoseia para a posição que o centro normalmente ocupou: o centro foi o horizonte de expectativa das periferias, que almejavam alcançar seu patamar. O ponto agora é o inverso: a periferia, marcada pela precariedade, é o que parece indicar o futuro próximo do centro.

O centro orgânico se torna decadente na medida em que a sociedade operária, que havia engendrado a sociedade do trabalho – constituída do século XIX ao XX –, entra em debacle nos anos 1970 e 1980. Esse impacto é profundo e sentido nas bases da própria sociabilidade capitalista. Vale lembrar, trata-se de um colapso. A sociabilidade resultante dessa mudança de era geológica é a produção de uma vida cotidiana marcada por um retrocesso sem precedentes.

O desenvolvimento do capitalismo é, por certo, o desenvolvimento de suas contradições internas que vão se generalizando. Henri Lefebvre (2016 [1968]) sabia que não se tratava de contradição apenas entre capital e trabalho na fábrica, como boa parte do marxismo pensou – e ainda pensa. As contradições agora estão no espaço social inteiro, cada vez mais generalizadas. A principal, a meu ver, é a generalização da precariedade. O desenvolvimento das forças produtivas poderia muito bem prover conforto material para todos, no entanto aumenta a contagem daqueles supranumerários, que perecem da mais crassa necessidade. Ao menos isso se torna mais democrático: mesmo os chamados países centrais têm que se haver com essa situação de uma *dessocialização catastrófica* (KURZ, 2014). Ao contrário do esperado, uma quantidade gigantesca dos recursos é mobilizada para a construção de potentes aparatos repressivos (das mais variadas ordens) e para o enriquecimento de um número cada vez mais restrito de indivíduos.

Acompanhando o rebaixamento das condições materiais de vida, ao passo que descem até o subsolo da civilização moderna, o poder punitivo e a violência são, por sua vez, ascendentes – e exponenciais. Conforma-se, a partir daí, um paradigma gestor de exceção. Tornam-se rotina expedientes de exceção. O regime de urgência instaurado pelo novo tempo do mundo explica e justifica a violência como forma de administração do mundo como barbárie.

A condição periférica é, assim, o indicativo do *horizonte de expectativas* de todo o mundo.

## Considerações finais

A promessa do capital de diminuir a desigualdade e prover qualidade de vida material para mais pessoas se esfacelou. Em vez disso, a desigualdade não para de crescer, e a precariedade aumenta a passos largos, junto com a violência deste mundo que desaba. A esse aumento da pobreza, da precariedade, da violência, chamo de uma nova condição: a condição periférica. Com esse conceito espero sugerir uma possível interpretação para o tempo presente que permita integrar num quadro analítico uma crítica da economia política. A crítica da economia política de Marx faz parte do quadro mais geral de uma crítica da constituição social e da dominação social supraindividual autônoma constitutiva da sociedade capitalista contemporânea em sua crítica antropológica negativa da totalidade negativa da sociedade capitalista. O esforço aqui realizado está na direção de se manter fiel a esse princípio.

Nessa formulação, o conceito de condição periférica assume diferentes posições dentro do quadro analítico que quero sugerir, mas que não são excludentes. Ao contrário, cada uma dessas posições é complementar à outra. Assim, a ideia de condição periférica designa: i) o resultado das contradições do capital; ii) o subterfúgio necessário para a sobrevivência dessa forma social em crise; iii) o núcleo contemporâneo do atual estágio de desenvolvimento do capital; e iv) expressa o futuro dessa forma de mediação social que, a meu ver, se torna a violência.

É importante salientar que o argumento que desenvolvo aqui não implica uma leitura única da história e dos fenômenos sociais. A tendência da condição periférica não se impõe objetivamente em escala mundial de uma só vez. Ela se deixa entrever apenas como tendência e, claro, não se trata de uma tendência contínua, mas descontínua no tempo, com várias forças contra-atuantes. Entretanto, ainda assim, categorialmente é possível observar com alguma antecedência seus desdobramentos.

A precariedade crescente é, hoje, a forma mais avançada para a reprodução das formas sociais do capitalismo, uma vez que não é mais exclusividade das periferias. Ao contrário do esperado, em que o desenvolvimento das forças produtivas levaria a uma melhor distribuição, ou, até mesmo, a um novo modo de produção, o que temos é o contrário: um quadro dantesco de regressão social. A desigualdade que marcou e caracterizou os países periféricos se expressa, atualmente, como necessidade da reprodução da dominação social abstrata do capital como elemento determinante para a sociabilidade de todo o mundo. A descartabilidade e a vulnerabilidade tendem a se tornar uma condição universal dos seres humanos. Dessa forma, a repulsa que recai sobre aqueles marcados pela exclusão é também a exteriorização de um fantasma que ronda aqueles cuja inclusão parece ter um caráter cada vez mais provisório e incerto. Trata-se, assim, de um processo de intensificação da incontornabilidade e da dessocialização regressiva que recoloca de forma cada vez mais forte o fantasma da periferia e que é indissociável de um processo de crise permanente e irreversível do capital.

Chico de Oliveira (2003 [1972]) termina sua *Crítica da razão dualista* da seguinte forma: “Nenhum determinismo ideológico pode aventurar-se a prever o futuro, mas parece muito evidente que este está marcado pelos signos opostos do apartheid ou da revolução social”. Creio que, agora, quase cinquenta anos depois de escritas essas palavras, estamos aptos a dizer qual dos dois signos prevaleceu. A tradição dos oprimidos nos ensina que a condição periférica que hoje se torna visível é, na verdade, a condição geral.

## Referências

- ABÍLIO, L. (2018) Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Margem Esquerda*, n.31, p.54-59.
- ADORNO, T. (1992 [1951]) *Minima Moralia*. Reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática.
- ANTUNES, R. (2018) *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- ARANTES, P. (2004) *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad.
- ARANTES, P. (2019) L'autre sens: une théorie critique à la périphérie du capitalisme. (Entrevista). *Revenue Variations*, n.22, s.p.
- ARANTES, P. F. (2009) Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos*, n.83, p.103-128.
- BAUMAN, Z.; BORDONI, C. (2016 [2014]). *Estado de Crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BENANAV, A. (2010) Misery and Debt: On the Logic and History of Surplus Populations and Surplus Capital. *Endnotes*, n.2, p. 21-39.
- BERARDI, F. (2019 [2009]) *Depois do futuro*. São Paulo: Editora Ubu.
- BOTELHO, M. (2016) Crise do trabalho hoje: desenvolvimento tecnológico, instabilidade do emprego e crise do capitalismo. *Acesso Livre*, n.5, s.p.
- BOTTCHER, H. (2018) Capacidade de acção – e em concreto!. *Exit!* Disponível em: [http://www.obeco-online.org/herbert\\_bottcher2.htm](http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher2.htm) Acessado em: 14 mar. 2019.
- BRAUDEL, F. (1996 [1979]) *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Volume 3: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes.
- CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. (2011) *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. (2002) Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Caderno de Pesquisas*, n.116, p.143-176.
- COMAROFF, J.; COMAROFF, J. (2012) Theory from the south: or how Euro-America is evolving toward Africa. *Anthropological Forum*, v.22, n.2, p.113-131.
- ENZENSBERGER, H. M. (2003 [1997]) *Ziguezague: ensaios*. Rio de Janeiro: Imago.
- HARDT, M; NEGRI, T. (2018) The powers of the exploited and the social ontology of praxis. *TripleC*, n.16, v.2, p.415-523.
- JAMESON, F. (2011) *Representing Capital: a reading of volume one*. Nova York: Verso Books.
- KOOLHAAS, R. (2001) *Lagos: How it works*, Nova York: Lars Müller Publishers.
- KOWARICK, L. (1980) *Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- KURZ, R. (1993 [1991]) *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KURZ, R. (2014) *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona.
- KURZ, R. (2018 [1986]) *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Editora Consequência.
- LAGO, L. 2009. Trabalho e moradia na periferia: para uma política urbana economicamente orientada. *Revista em Pauta*, v.6, n.24, p.31-47.
- LEFEBVRE, H. (2016 [1968]) *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- LESSENICH, S. (2016) *Neben uns die Sintflut. Die Externalisierungsgesellschaft und ihr Preis*. München: Hanser Berlin.
- MARICATO, E. (1996) *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec/Série Estudos Urbanos.
- MARX, K. (2011 [1858]) *Grundrisses*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. (2013 [1867]) *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo.
- MBEMBE, A. (2019 [2013]). *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1.
- MENDONÇA, R. (2009) *A medicalização de conflitos: consume de ansiolíticos e antidepressivos em grupos populares*. Tese. (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2009.
- MENEGAT, M. (2019) *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe*. Rio de Janeiro: Consequência.

- OLIVEIRA, F. (2003 [1972]) *Crítica da razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PEREIRA, R.; SANTOS, L. (2008). A dimensão da insegurança alimentar. *Revista da Nutrição*, v.21, p.7-13.
- POSTONE, M. (2014 [1993]). *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo.
- SANTOS, K. (2014). Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.16, n.1, p.153-167.
- SCHOLZ, R. (2008) O ser-se supérfluo e a angústia da classe média: o fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo. *Exit!* Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz8.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm) Acessado em: 17 abr. 2019.
- STANDING, G. (2013) *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- WACQUANT, L. (2007 [2000]) *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.
- ZIZEK, S. (2012 [2010]) *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo.
- ZIZEK, S. (2019) *A coragem da desesperança*. São Paulo: Zahar.